

**NA FRONTEIRA ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: AS
CRÔNICAS DE CARLOS HEITOR CONY CONTRA
O GOLPE DE 1964**

*Crhistophe Barros dos Santos Damázio**

Resumo: Este trabalho se propõe a analisar as crônicas produzidas pelo escritor e jornalista Carlos Heitor Cony no ano de 1964 como forma de oposição à ditadura militar no Brasil por meio dos pressupostos teóricos da nova história política. Acreditamos que esse estilo de escrita, de publicação rápida e destinada a um público muito variado, pode ser utilizado como fonte de estudo da memória do autor e, concomitantemente, da memória coletiva daqueles que lutaram contra a ditadura militar.

Palavras-chave: História, Memória, Crônica, Ditadura Militar.

**AT THE BORDER BETWEEN HISTORY AND MEMORY: THE
CHRONICLES OF CARLOS HEITOR CONY AGAINST COUP
D'ÉTAT IN 1964**

Abstract: This study aims to analyze the chronicles written by the writer and journalist Carlos Heitor Cony in 1964 as a form of opposition to the military dictatorship in Brazil by means of theoretical assumptions of the new political

* Mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Doutorando em História e Cultura Política pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" UNESP – Campus de Franca, e-mail: crhistophebsd@gmail.com

history. We believe that this style of writing, with a rapid publication and destined for a variety of audiences, can be used as a source for the study of author's memory and, concomitantly, to the collective memory of people that fought against the military dictatorship.

Keywords: History, Memory, Chronicle; Military Dictatorship.

EN LA FRONTERA ENTRE LA HISTORIA Y LA MEMORIA: LAS CRÓNICAS DE CARLOS HEITOR CONY CONTRA EL GOLPE DE 1964

Resumen: Este trabajo pretende analizar las crónicas escritas por el escritor y periodista Carlos Heitor Cony en el año de 1964 como forma de oposición a la dictadura militar en Brasil por medio de los presupuestos teóricos de la nueva historia política. Creemos que ese estilo de escritura, de publicación rápida y destinada a un público muy variado, puede ser utilizada como fuente de estudio de la memoria del autor y, conjuntamente, de la memoria colectiva de aquellos que lucharon contra la dictadura militar.

Palabras claves: Historia, Memoria, Crónica, Dictadura Militar.

INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira vigente entre 1964 e 1985 foi uma das mais longas da América Latina e deixaria uma herança de autoritarismo, repressão e desrespeito aos direitos humanos. Embora diversos setores da sociedade brasileira – classe média urbana, latifundiários, Igreja Católica e até grande parte da imprensa – tenham se voltado contra as reformas bases propostas pelo presidente João Goulart e apoiado os militares no golpe que depôs o chefe de Estado, o regime de perseguição, tortura e o cerceamento das liberdades individuais que se seguiu à tomada do poder pelo Exército iria provocar o surgimento de diversas formas de resistência à ditadura que vigoraria no Brasil nos anos subseqüentes.

Por ser um período ainda recente da história brasileira, toda pesquisa histórica referente à ditadura militar situa-se na fronteira entre a história e a memória. As

questões sociais, as perseguições políticas, os períodos alternados de crescimento e crise na econômica, enfim, todas as transformações significativas ocorridas durante a vigência dos governos militares ainda repercutem nos dias de hoje. Mesclando fatos passados e situações presentes, a memória se estrutura para conferir significado à realidade social, tanto dos indivíduos quanto da coletividade. Fatos são lembrados ou esquecidos conforme a necessidade de afirmação ou rompimento de relações sociais, afetivas e políticas, ou seja, “a memória, portanto, constrói o real, muito mais do que o resgata. Atualizando os passados - (...) -, a memória recria o real; nesse sentido, é a própria realidade que se forma na (e pela) memória” (SEIXAS, 2004, p. 51).

A partir da década de 1980 tem início um processo de resgate dos estudos historiográficos na área da política. O que ficou conhecido a partir de então como nova história política, ou cultura política, foi responsável por uma onda de renovação nos trabalhos que visavam analisar os comportamentos políticos e as diferentes formas de exercício e reivindicação do poder nas sociedades contemporâneas. Um dos diferenciais dessa nova abordagem está justamente na análise de fontes até então menosprezadas pelos historiadores do político, como a literatura, a imprensa e a arte, consideradas a partir de então, como formas importantes de registro, tanto da memória individual e coletiva, como do fazer político de uma sociedade.

Este trabalho objetiva analisar a memória do processo de instalação da ditadura militar no Brasil presente nas crônicas do escritor e jornalista Carlos Heitor Cony, publicadas no jornal *Correio da Manhã* no ano de 1964. Acreditamos que essas crônicas, escritas durante o primeiro ano dos governos militares, período no qual a censura prévia ainda não estava estabelecida, retrataram a impressão primeira de um jornalista muito popular no seu tempo que usou do espaço que tinha em um periódico de grande circulação para manifestar sua oposição ao regime de exceção que se estabelecia no país. Essas crônicas, situadas não apenas na fronteira entre a história e a memória, mas também entre a liberdade e a repressão, fornecem um panorama diferenciado de como teria se estabelecido a ditadura que duraria pelos 21 anos seguintes.

A crônica constitui um espaço privilegiado para o registro da memória, pois em

suas linhas, se entrelaçam as experiências cotidianas do autor, traços de sua memória afetiva e, graças a publicação rápida e leitura quase imediata do texto, as reações do autor à aceitação ou rejeição do que já escreveu anteriormente.

AS TÊNUES FRONTEIRAS ENTRE A MEMÓRIA E A HISTÓRIA: CONY E SUA REAÇÃO AO GOLPE DE 1º DE ABRIL DE 1964

As relações entre memória e história há muito fomentam acalorados debates entre historiadores e outros cientistas humanos e sociais. Questões tais como a validade dos registros de memória como fontes confiáveis para o estudo do passado e a se emotividade presente em tais relatos compromete a objetividade do trabalho do historiador geraram discussões acadêmicas e trabalhos científicos.

Pierre Nora defendeu a ideia de que história e memória estariam em conflito permanente. Esta incompatibilidade seria decorrente do caráter afetivo e espontâneo da memória que não combina com o cientificismo e a racionalidade que caracterizam o saber histórico. A memória sacraliza os fatos, enquanto a história tenta torná-los corriqueiros. Nas palavras do historiador francês:

A memória é a vida sempre, carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações. A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. (...). A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal (NORA, 1993, p. 09).

Na contramão do pensamento de Nora, Pierre Laborie afirma que a dissociação entre história e memória é impossível, porém, recomenda cautela na utilização da memória como base para estudos históricos. Rigor metodológico na coleta e análise dessas fontes seria indispensável para evitar que esses trabalhos acabassem servindo apenas como suporte ideológico para determinadas formas de revanchismo e reivindicações identitárias por parte de determinados grupos (LABORIE, 2009, p. 95-96).

Atualmente, o meio acadêmico chegou a um consenso quase geral de que as fronteiras entre a história e a memória continuam tênues, porém, ninguém mais questiona a validade e importância dos registros da segunda como fontes importantes para o trabalho dos historiadores e, no caso daqueles que se dedicam ao político, este consenso possibilitou uma diversificação nas fontes utilizadas para estudo das relações de poder nas sociedades.

A literatura que, até a renovação proposta pela nova história política, não figurava como uma fonte preferencial, e talvez nem mesmo marginal para os estudos históricos, passou a ser valorizada. Virginia Camelotti e Márcia Naxara afirmam que, no meio acadêmico brasileiro, esse interesse renovado dos historiadores pela literatura teve início na década de 1980, primeiramente, entre os tributários da nova história e da história social que buscavam uma compreensão mais ampla de temas como práticas culturais, vínculos identitários e transmissão de valores sociais (CAMILOTTI; NAXARA, 2009, p. 25).

Segundo Sandra Jatahy Pesavento, literatura e história se aproximam do real de maneira diferente, porém, ambas são formas de descrição da realidade. A primeira pode servir a segunda como fonte na medida em que responder as perguntas que o historiador se propõe a fazer. Se a preocupação do historiador for verificar se e como determinado episódio ocorreu, a literatura não seria a fonte adequada. Porém, se a busca for pelas representações passadas que compõem a base de significação do mundo, a literatura ocuparia papel privilegiado nesse estudo. Para além dos valores, crenças e aspirações de uma época, a literatura pode servir como porta de entrada para o imaginário de uma época, ajudando a desvendar as formas de agir e pensar de uma sociedade em determinado período histórico (PESAVENTO, 2004, p. 82-83).

No Brasil, a crônica sempre ocupou papel destacado no jornalismo. A sua linguagem franca e aparentemente despretensiosa, por vezes temperada com pitadas de humor, sarcasmo e crítica social, sempre chamou a atenção dos leitores e dos intelectuais. Grandes nomes da literatura nacional como Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade e Fernando Sabino já se dedicaram a este gênero literário. O cotidiano, descrito nas linhas de uma crônica, reflete não apenas as rela-

ções sociais e pessoais do autor, como também a complexidade do contexto econômico, cultural e político da sociedade no qual o mesmo está inserido.

As crônicas escritas por Carlos Heitor Cony em 1964 e publicadas no jornal *Correio da Manhã* servem como uma espécie de vitrine dos acontecimentos que tornaram este um dos anos mais conturbados da história do Brasil. O referido autor já era um escritor e jornalista renomado quando João Goulart assumiu a presidência da república em 1961 e, desde o início, se manifestou contra o seu governo. Tal como grande parte da imprensa, Cony se manifestou favorável à deposição de Jango, porém, não concordou com o governo militar que se estabeleceu em seguida (RUIVO, 2012).

Segundo Juremir Machado da Silva, Carlos Heitor Cony teria sido o primeiro jornalista a compreender o erro que havia cometido ao apoiar a deposição de Jango (SILVA, 2014, p. 08). A satisfação pela deposição de um presidente, considerado pelo jornalista como “completamente despreparado para qualquer cargo público, fraco, pusilânime e, sobretudo, passando os extensos limites do analfabetismo” (CONY, 2004, p. 23) foi rapidamente substituída pela oposição aos militares que tomaram o poder. Na crônica intitulada *Da Salvação da Pátria*, publicada no dia 2 de abril 1964, no dia seguinte ao golpe, Cony deixou clara sua frustração com os rumos políticos que Brasil tomava:

Nessa altura, há confusão na avenida Nossa Senhora de Copacabana, pois ninguém sabe ao certo o que significa “aderir aos rebeldes”. A confusão é rápida. Não há rebeldes e todos, rebeldes ou não, aderem, que a natural tendência da humana espécie é aderir. Os rapazes de Copacabana, belos espécimes de nossa sadia juventude, bem nutridos, bem fumados, bem motorizados, erguem o general em triunfo. Vejo o bravo cabo-de-guerra passar em glória sobre minha cabeça. (...). Das janelas, cai papel picado. Senhoras pias exibem seus pios e alvacentos lençóis, em sinal de vitória. Um Cadillac conversível para perto do Six e surge uma bandeira nacional. Cantam o Hino também nacional e declaram todos que a Pátria está salva. Minha filha, ao meu lado, exige uma explicação para aquilo tudo.

- É carnaval, papai?

- Não.

- É campeonato do mundo?

- Também não.

Ela fica sem saber o que é. E eu também fico. Recolho-me ao sossego e sinto na boca um gosto azedo de covardia (CONY, 2004, p. 12-13).

O trecho da crônica transcrito anteriormente revela como o dia do golpe de Estado ficou gravado na memória de Cony. O fim da democracia, celebrado pelas senhoras pias e pelos jovens bem nutridos e bem motorizados de Copacabana chocaram o autor, cuja perplexidade diante da adesão “cega” da maioria da população ao que ele chamou de “quartelada” teria lhe impossibilitado, até mesmo, de responder de forma coerente às indagações de sua filha pequena que, tal como o pai, tinha dificuldade de entender o que se passava.

A insatisfação de Cony com a ditadura que se estruturava a partir de então seria a tônica de suas crônicas publicadas no *Correio da Manhã* a partir de então. O escritor, que até pouco tempo antes do governo Jango dedicava suas crônicas a temas ligados à arte e cultura (RUIVO, 2012), utilizaria seu espaço em um dos jornais de maior circulação do Rio de Janeiro para manifestar sua insatisfação com o governo militar. Tal postura tornaria sua coluna uma das mais lidas e comentadas entre os leitores. Nas palavras de Luis Fernando Veríssimo:

E de repente, depois do 1º de abril, ali estava aquele cara dizendo tudo que a gente pensava sobre o golpe, sobre a prepotência militar e a pusilanimidade civil, com uma coragem tranquila e uma aguda racionalidade que tornava o óbvio demolidor – e sem perder o estilo e a graça. Em pouco tempo aquele ato, ler o Cony, se tornou um exercício vital de oxigenação para muita gente, e a sua coluna uma espécie de cidadela intelectual em que também resistíamos – mesmo que a resistência consistisse apenas em dizer “É isso mesmo!”, ou “Dá-lhe, Cony! a cada duas frases lidas. “Leu o Cony hoje?” passou a ser a senha de uma conspiração tácita de inconformados passivos, cuja lema silencioso seria “Pelo menos eles não estão conseguindo engambelar todo mundo” (VERÍSSIMO, 2004, p. 08).

A inexistência de censura prévia em 1964 permitia que Cony e outros intelectuais expressassem suas opiniões livremente por meio da imprensa, porém, tal postura de afronta ao novo governo implicava em riscos à integridade física do escritor. Represálias por parte dos militares e de civis se tornaram uma perturbação constante no cotidiano de Carlos Heitor Cony no decorrer do referido ano. No dia 16 de abril, após tentativas de invasão da casa do escritor e de ameaças dirigidas a ele e à sua família, o jornal *Correio da Manhã* publicou um editorial no qual apoiava seu redator-chefe:

Na tarde de anteontem, o nosso companheiro Carlos Heitor Cony começou a ser ameaçado por um grupo que se intitulava de “oficiais do Exército”; já

na véspera, quatro indivíduos que não quiseram identificar-se tentaram penetrar em sua residência. A pressão tornou-se maior ao longo da noite do dia 14, quando, de diferentes fontes, configurou-se uma iminente violência física ao seu lar e à sua pessoa. Cerca de meia-noite, aumentavam os indícios de uma invasão ao seu lar. A necessidade de preservar sua família de um espetáculo degradante fez com que nosso companheiro solicitasse uma camionete ao jornal. (...). O Correio da Manhã sente-se à vontade para prestigiar o seu redator. (...). Carlos Heitor Cony, além de ser nosso cronista, passou por diversos postos de nossa redação: copidesque, repórter internacional, editorialista e, atualmente, redator. Nunca foi comunista. Nunca manteve vínculos administrativos, políticos ou sociais com o governo deposto. Pública e pessoalmente, nunca escondeu sua oposição ao ex-presidente João Goulart. A veemência de seus últimos artigos é a expressão pessoal de uma opinião já expressa em sua obra literária, opinião essa que, de resto, não pode ser cerceada nem ameaçada, a menos que já se prepare um ato punitivo aos delitos de opinião (CONY, 2004, p. 31-32).

À medida que o governo militar ia estabelecendo as bases de seu poder, Cony intensificava o tom de crítica em suas crônicas. As medidas repressoras das liberdades individuais e a perseguição aos opositores, tomadas pela junta militar e depois pelo primeiro general-presidente, Castelo Branco, iriam se tornar alvo da ironia e da indignação de Cony em suas publicações semanais.

IRONIA E COTIDIANO: OS MECANISMOS DO CRONISTA CONTRA A REPRESSÃO

A grande popularidade da crônica no Brasil, segundo Antonio Candido, se deve à forma como ela descreve o cotidiano de maneira leve e despreziosa, fato que a colocou à margem dos padrões da literatura brasileira tradicional, que exigiam uma escrita rebuscada do ponto de vista gramatical como prova de erudição. Nas palavras do autor:

(...) a crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele a grandeza, uma beleza e uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, - sobretudo porque quase sempre utiliza o humor (CANDIDO, 1992, p. 14).

A escrita de Carlos Heitor Cony caracterizava-se por sua linguagem direta, vocabulário simples e pelo tom irônico nas críticas aos atos do governo e aos seus

personagens mais significativos, inclusive citando nomes, cargos e patentes de seus “alvos”. Na crônica *Cipós para Todos*, publicada em 03 de maio de 1964, Cony criticou abertamente não apenas a perseguição e destituição de governadores de seus postos e a ocupação dos mesmos por militares como também uma das figuras mais importantes no ministério do então presidente Castelo Branco:

O degradante espetáculo *revolucionário* que promoveram no estado do Rio, em breve será reeditado em outros lugares – é o que prometeram os históricos que estão por cima. O afastamento do Sr. Badger Silveira foi um triste episódio: nunca se viu um pulha tão imenso e despudorado como o irmão daquele simpático rapaz queimado no helicóptero. Rastejou, bajulou, mentiu, chorou – fez tudo para agradar aos homens fortes da situação. Mereceu o que fizeram com ele. (...). Os cipós são poucos e – para desespero dos militares – estão ocupados. O remédio então é desalojar os ocupantes de todos os cargos civis. Depois de Badger – um homem repugnante, é bom que o reafirme – estão pensando na Bahia, Goiás. Onde houver cipó, não faltarão gorilas em volta, catucando os governadores. (...). Por hoje chega. Aproveito este final de crônica para dar um recado às pessoas que me ameaçam, por carta ou por telefone: sou um homem desarmado, não tenho guarda-costas e nem medo. Tenho, isso sim, uma obra literária que, bem ou mal, já me dá uma razoável sobrevivência. Esse é meu patrimônio, essa a minha arma. Qualquer violência que praticarem contra mim terá um responsável certo: general Costa e Silva, Ministério da Guerra, Rio – e, infelizmente – Brasil (CONY, 2004, p. 61-62).

O então ministro da guerra e futuro presidente, general Artur da Costa e Silva, era um dos alvos preferenciais de Cony em suas crônicas. Como um dos membros mais influentes no governo do presidente Castelo Branco, Costa e Silva era visto por Cony como responsável pela articulação das medidas mais autoritárias e repressivas do governo. O ministro, ocasionalmente, respondia a essas críticas, porém, isso não era o bastante para intimidar o cronista do *Correio da Manhã*. Após uma entrevista na televisão, onde Costa e Silva teria mencionado as críticas de Cony, mesmo sem citar seu nome diretamente, o escritor responderia ao “honrado ministro da guerra”, em sua crônica intitulada *A Afronta e o Latrocínio*, publicada no dia 28 de maio de 1964. Na entrevista, chamou a atenção de Cony a fala de Costa e Silva defendendo a liberdade da cultura no novo governo, citando o jornalista como exemplo. Na crônica, a opinião de Cony acerca do general e das suas declarações foi expressa de forma clara:

Pergunto se há liberdade, mas liberdade *mesmo* – de todos dizerem o que pensam. Para responder inconscientemente a essas perguntas, o general

argumentou com aquilo que me parece uma alusão pessoal: “Há um cronista que diariamente – são palavras suas – destila peçonha sobre a minha cabeça.” E acrescentou o general: “E esse homem está em liberdade, e enquanto eu sou ministro da Guerra ele é um simples cronista”. Bom, minha liberdade independe do favor do honrado ministro da Guerra. Sou livre e serei livre sem depender de ninguém, muito menos de um homem que é capaz de confundir latrocínio com laticínio. Minha liberdade física não pode ser violentada: não sou criminoso, não tive nenhum vínculo com qualquer governo, não fiz subversão – e minha liberdade não é fruto de uma ação generosa do Sr. Costa e Silva. Qualquer violência praticada contra minha pessoa só teria uma razão: o de ter denunciado a nudez do rei. (...). Enfim, o pronunciamento do ministro da Guerra teve um mérito: revelou publicamente o despreparo do grupo, poderoso em armas e débil em idéias, que tomou conta do governo e já não sabe o que fazer com o próprio governo (CONY, 2004, p. 97-98).

A sátira e a ironia eram características marcantes nas crônicas de Cony. Quando recorria ao humor para criticar os militares o escritor, frequentemente, fazia menção a situações de seu cotidiano. Na crônica *A Natural História Natural*, publicada em 19 de abril de 1964, Cony faz referência a um episódio ocorrido em casa, com sua filha, para manifestar sua opinião acerca dos militares do Alto Comando:

Encontro no livro escolar da minha filha (terceira série primária) algumas sábias classificações que valem a pena recordar ou aprender. Nas páginas 162 e seguintes, encontramos: “Invertebrados – dividem-se em artrópodes, moluscos, vermes, equinodermos, celenterados e protozoários. Entre os artrópodes, destaquemos os moluscos: “tem o corpo mole, uns vivem dentro de uma concha, outros não. Exemplos: lesma, polvo, caracol. O caracol é célebre pela ausência de cérebro”. Mas são de moral ilibada, incorruptíveis, bem podiam participar do Alto Comando que nos rege e guia. Mas há os protozoários. O livro da terceira série assim os explica: “São os protozoários os seres mais simples. São de tamanho minúsculo e, apesar de infinitamente pequenos, constituem um sério perigo para a vida dos homens; referimo-nos aos micróbios de origem animal, que são protozoários causadores de doenças. Só podem ser vistos através de microscópios”. Mas em horas de convulsões cívicas, os protozoários são facilmente vistos através da televisão. (...). Minha filha decorou essa sabedoria toda e pretende fazer boa prova. De tanto ouvi-la a repetir isso tudo, quase que acabei decorando também. E aproveito a oportunidade para oferecer a gregos e troianos, reacionários e revolucionários, guardiães da ordem vigente e pilares da sociedade, essa modesta contribuição à análise de cada um (CONY, 2004, p. 40-41).

Segundo Jorge de Sá, Cony sempre utilizou sua família como referencial para seus escritos. Tal recurso, bastante recorrente em cronistas de variados gêneros,

permite ao autor expressar sua compreensão da realidade universal por meio de experiências individuais e, no caso de Cony, “em vez de ir à rua, como todos os escribas do cotidiano, ele fica em sua casa, nesse pequeno universo doméstico onde acontecem os dramas e as alegrias do mundo inteiro. De seu convívio com Regina Celi e Maria Verônica, nasce o questionamento sobre a relação entre pais e filhos e, numa esfera maior, entre o homem e suas perdas” (SÁ, 2007, p. 57-58).

Um mero momento de estudo de sua filha serviu de inspiração para Cony redigir um texto de caráter acentuadamente crítico aos governantes da época. Por meio do cotidiano e do humor, o autor pode criar um elo forte com seus leitores que, em meio aos risos provocados pelo tom satírico do texto, podem refletir sobre a situação política do país, seja individualmente, no recanto do seu lar, ou no barzinho da esquina tomando a cerveja com os amigos ao final do expediente.

A escrita de uma crônica, apesar de ser um momento introspectivo para o autor, nunca é um processo totalmente solitário. O fato escolhido como tema central do texto é interpretado e re-significado pela memória do escritor, que se constitui por meio de uma intrincada rede de relações sociais, econômicas, políticas e culturais que o mesmo estabelece com seu círculo íntimo e também com a sociedade que o cerca, o que confere às suas lembranças, mesmo as que parecem ser as mais individuais, um caráter sempre coletivo (HALBWCAHS, 1990).

O CRONISTA NA FRONTEIRA ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA

Davi Arrigucci Jr. nos lembra que a palavra crônica deriva do grego *chronos*, ou seja, tempo. O cronista, desde o medievo, relata os fatos que o cercam, elaborando uma rede complexa de memória, fatos históricos e experiências cotidianas que ajudam a contar a trajetória humana através dos tempos, o que tornaria esse gênero uma “precursora da historiografia moderna” (ARRIGUCCI Jr, 1987, p. 51).

Partindo do pressuposto descrito acima, podemos concluir que o cronista, enquanto observador atento do cotidiano possui uma espécie de salvo conduto que o permite cruzar as fronteiras da história e da literatura com a mesma frequência

com que pessoas normais cruzam a rua a caminho do trabalho. Por meio de sátira, ironia, analogias e frases de feito, o cronista descreve os fatos que o chocam, entretém, surpreendem ou entristecem. Situações de seu cotidiano familiar podem ser utilizadas como pano de fundo pra reflexões complexas acerca de arte, esporte, política, economia ou qualquer outro assunto de interesse geral. Real e ficção se misturam com fragmentos de memória e história para compor uma narrativa do cotidiano que pode seduzir, divertir ou revoltar o leitor.

As crônicas publicadas por Carlos Heitor Cony no *Correio da Manhã* em 1964 constituem um relato dos primórdios da ditadura militar que governaria o Brasil até 1985. Transitando entre uma frágil e ameaçada liberdade de imprensa e um aparelho repressor em processo de estruturação, as crônicas de Cony serviram, durante certo período, como uma vitrine de exposição das arbitrariedades e violências praticadas pelos militares contra os opositores do regime.

Em 1965, quando escreveu uma crônica satirizando o AI 2, recém lançado, Cony se viu forçado a abandonar o meio jornalístico. As pressões dos militares junto aos seus superiores no *Correio da Manhã* tornaram sua posição insustentável e o levaram a se demitir do jornal carioca. As referidas crônicas, publicadas no jornal *Correio da Manhã* entre 2 de abril e 16 de dezembro de 1964, foram reunidas em coletânea e publicadas na forma de livro pelo editor Ênio Silveira ainda em 1964. O livro teve sua primeira edição esgotada rapidamente e suas reimpressões dão mostras da popularidade do autor.

O estudo da ditadura militar por meio de fontes como a imprensa e a literatura abre novos caminhos para os historiadores. Análises que voltam seus olhares para indivíduos que se opuseram à ditadura sem recorrer às armas podem oferecer, a partir de um estudo de caso isolado, uma perspectiva global das diversas formas de resistência ao autoritarismo que se estabeleceu no Brasil pós-64.

FONTES

CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato – o som e a fúria das crônicas contra o Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. A Última Ironia. In: CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato* – o som e a fúria das crônicas contra o Golpe de 1964. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

REFERÊNCIAS

ARRIGUCCI JR. Davi. *Enigma e Comentário*. Ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAMILOTTI, Virginia; NAXARA, Márcia Regina C. História e Literatura: Fontes Literárias na produção historiográfica recente no Brasil. *História: Questões & Debates*. Curitiba, n. 50. p. 15-49. 2009.

CANDIDO, Antonio (org). *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1992.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

LABORIE, Pierre. Memória e Opinião. In: AZEVEDO, Cecília et. alli, (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 95-96.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. Revista *Projeto História*. São Paulo: PUC, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RUIVO, Marina Silva. *Uma certa maneira de desejar a liberdade: caminhos da literatura de Carlos Heitor Cony no pós-1964*. Tese de Doutorado. USP: 2012.

SÁ, Jorge de. *A Crônica*. Rio de Janeiro: Ática, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e*

REVISTA CAMINHOS DA HISTÓRIA
v. 20, n. 1/2015

(res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp. 2004.

SILVA, Juremir Machado da. *1964 Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.